

ORA newsletter

Nº 52 – MAIO/2011
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Abril de 2011	1
Activos Fixos Tangíveis – Abordagem por Componentes no Contexto do SNC	2
Revisores e Auditores	4

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – ABRIL DE 2011

Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril - Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas actividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento zero”, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2010, de 12 de Novembro, e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia, da Inovação e Desenvolvimento - Portaria n.º 131/2011, de 4 de Abril - Cria um balcão único electrónico, designado “Balcão do empreendedor”.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2011, de 5 de Abril - Adota um conjunto de medidas de apoio dirigidas ao sector do transporte público rodoviário de mercadorias.

Ministério da Justiça - Decreto-Lei n.º 53/2011, 13 de Abril - Altera o Código das Sociedades Comerciais quanto à informação exigível em caso de fusão e cisão e transpõe a Directiva n.º 2009/109/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro, no que respeita aos requisitos em matéria de relatórios e documentação em caso de fusões ou de cisões.

Banco de Portugal - Aviso n.º 1/2011, de 14 de Abril - Determina que os grupos bancários sujeitos a supervisão em base consolidada pelo Banco de Portugal e as instituições não incluídas em tais grupos que tenham sede em Portugal e estejam habilitadas a captar depósitos reforcem os respectivos rácios “Core Tier 1” para um mínimo de 8 %, até 31 de Dezembro de 2011.

ORA newsletter

Nº 52 – MAIO/2011
(circulação limitada)

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS – ABORDAGEM POR COMPONENTES NO CONTEXTO SNC

O novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) prevê a contabilização de Activos Fixos Tangíveis (AFT) por componentes, enquanto o anterior normativo era omissivo relativamente a este assunto. O tratamento contabilístico para AFT encontra-se previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 7, que tem por base a Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 16 – Activos Fixos Tangíveis, adoptada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

Deste modo, nos casos em que determinado AFT seja composto por diversas partes que representem um montante significativo face ao montante total do bem e tenham uma vida útil diferente ou proporcionem um benefício distinto, a sua contabilização deve ser efectuada por componentes.

A NCRF 7 não determina a unidade de medida para reconhecimento de um determinado item do AFT e dos seus componentes, sendo necessário exercer juízos de valor para aplicar os critérios de reconhecimento às circunstâncias específicas de uma entidade. Assim, pode ser apropriado agregar itens individualmente insignificantes, e aplicar os critérios aos valores agregados. Por outro lado, esta Norma prevê que cada parte de um item do AFT, com um custo que seja significativo em relação ao custo total do item, deva ser depreciada separadamente.

O SNC não define o que é considerado significativo, no entanto nas bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras e na Estrutura Conceptual, foi introduzida a definição de materialidade, sendo determinada informação material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas dos utentes, tomadas tendo por base as demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão do item ou do erro julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção.

Deste modo, embora a NCRF 7 preveja a contabilização por componentes, a divisão de um bem num número significativo de componentes apenas deve ser efectuada se o seu efeito nas demonstrações financeiras for considerado material. Trata-se assim de uma abordagem que requer bom senso, na medida que deve ser avaliada a relação custo/benefício para a sua aplicação prática.

Em suma, apenas deve ser individualizado um determinado componente quando a sua vida útil é substancialmente diferente dos restantes componentes e se o seu valor é significativo.

Quando um dos componentes é um componente físico (por exemplo: um motor de uma máquina) o valor atribuído ao componente deve ser determinado em relação ao seu custo. Caso a entidade não disponha de informação sobre o valor dos diversos componentes que integram o AFT, o custo individual de cada componente deve ser solicitado à entidade que efectuou a venda do activo ou calculado através do recurso a preços correntes de mercado ou determinado através de algum método que permita a sua estimativa (por exemplo: avaliação).

ORA newsletter

Nº 52 – MAIO/2011
(circulação limitada)

Importa ainda evidenciar que, conforme definido na NCRF 7, na mensuração inicial dos AFT são incluídos todos os custos necessários (por exemplo: custos de benefícios de empregados decorrentes directamente da construção ou aquisição de um item do AFT, custos de preparação do local, instalação e montagem e honorários) para colocar o activo na localização e condição de funcionamento. Podem ainda ser incluídos como parte do seu custo, os custos de empréstimos obtidos, incorridos na aquisição, construção ou produção de activos que se qualifiquem, isto é, activos fixos tangíveis em curso. Por outro lado, quando o valor inicial de um bem resulte da realização de trabalhos para a própria empresa, o custo de produção deve incluir os materiais directos incorporados, a mão-de-obra directa e os encargos gerais de fabrico.

Uma vez que os custos acima referidos devem integrar o valor do bem, e serem depreciados pela mesma vida útil (modelo do custo), esses custos devem ser integrados como parte do custo do bem, repartidos pelos vários componentes que o integram e ser depreciados em função das respectivas vidas úteis.

Depreciação por componentes

Conforme anteriormente referido, nas situações em que os componentes tenham vidas úteis distintas, a sua depreciação deverá ser efectuada em função da vida útil estimada para cada um desses componentes, desde que os mesmos sejam identificados como significativos em relação ao custo total do bem. Esta abordagem deve ser utilizada tendo em conta o custo/benefício na determinação dos componentes e respectiva vida útil.

Deste modo, em função de diversos factores que contribuem para a determinação da vida útil de cada bem, uma mesma entidade pode atribuir vidas úteis diferentes para o mesmo tipo de bem e seus componentes, tendo em consideração a utilização específica que faz de cada um deles.

Exemplo Ilustrativo

Uma entidade adquire uma máquina por 200 mil euros, a qual possui 4 componentes em que 2 deles representam 80% do total do seu valor, com uma vida útil de 8 anos e os restantes 2 componentes representam cada um 10% do total do custo, o que não é considerado significativo, com uma vida útil de 4 e 6 anos, respectivamente.

Tendo em conta que os últimos dois componentes não são considerados significativos, os mesmos serão considerados conjuntamente para efeitos e cálculo da sua depreciação. Assim, o item deve ser registado considerando os seguintes componentes:

- ➡ Componente A – compreende os dois primeiros componentes que perfazem o montante de 160 mil euros, com uma vida útil de 8 anos.
- ➡ Componente B – compreende os restantes dois componentes, num valor total de 40 mil euros, com uma vida útil de 5 anos, que respeita à combinação das vidas úteis dos dois componentes considerados.

ORA newsletter

Nº 52 – MAIO/2011
(circulação limitada)

De salientar, que embora os componentes de um AFT devam ser contabilizados separadamente, as demonstrações financeiras continuam a apresentar esse activo como um único bem.

- Cláudia Reis -

Bibliografia

- *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7 - Activos Fixos Tangíveis.*
- *Sistema de Normalização Contabilística.*
- *“Activos Fixos Tangíveis e a Abordagem por Componentes no Contexto do SNC”, Revista Revisores & Auditores da OROC n.º 51, de Outubro / Dezembro de 2010 (por Isabel Maria Pereira Faustino).*

REVISORES E AUDITORES

Foi realizada recentemente uma conferência na União Europeia com o tema “Financial Reporting and Auditing – A time for change?”, na qual foram abordados assuntos de Contabilidade e Auditoria, designadamente, o processo de emissão de normas, a estabilidade financeira, a convergência com as IAS/IFRS, o papel social da auditoria, a independência dos auditores, a rotação dos auditores e a supervisão.

Informação adicional sobre os temas pode ser obtida no site: http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/conference_20110209_en.htm.

Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.